

## ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE ACERCA DA ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL

### ORIENTATION IN SOCIAL WORK: A DEBATE ON THE ATTRIBUTION AND COMPETENCE OF THE SOCIAL WORKER

Tatiana Maria Araújo da FONSECA<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Pretendemos contribuir, com esse artigo, para o debate no sentido da socialização e ampliação da reflexão sobre a atividade de assessoria. No atual debate da categoria pensar sobre os novos espaços de trabalho e as novas competências profissionais tornou-se pauta constante e refletir sobre as questões que envolvem a qualidade do fazer profissional coloca-se como uma demanda prioritária ao assistente social. A diferença entre o tratamento da assessoria na literatura mais antiga e a mais recente se refere à mudança no tratamento da atividade de assessoria que, através da análise da literatura, observamos ultrapassar a esfera das demandas individuais para uma requisição mais coletiva que envolve sobretudo a universidade. Pudemos observar um grande quantitativo de experiências relatadas como parte do processo de capacitação de alunos inseridos em projetos de extensão, confirmando o conjunto de transformações que vem-se colocando no dia-a-dia do assistente social, delegando-lhe novas competências e atribuições.

**UNITERMOS:** assessoria; atribuições; competências; serviço social

---

**ABSTRACT:** With this study we intend to contribute for the debate towards the socialization and magnifying of the reflection on the activity

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutoranda em Política Social pela UFF. Graduada em Serviço Social pela UERJ. Professora Universitária substituta – UFF. Professora da Pós-graduação em Gestão de Políticas Sociais pela Universidade MACKENZIE RJ e Professora da UNISUAM. Assistente Social da SMAS-RJ.<tatianam\_fonseca@yahoo.com.br>

of orientation. In the current debate of the category new spaces of work and the new professional abilities became a constant guideline. Reflecting on the questions that involve the quality of making a professional is a priority demand to the social work. The difference between the treatment of advice in the oldest and most recent literature is about the change in advice. The literature analyzed exceeded the sphere of the individual demands for a more collective solicitation that involves the university, mainly. We could observe great quantitative of experiences told as piece of qualification process of inserted pupils in extension projects. That confirms the set of transformations that is placing in the day-by-day of the social workers delegating them new abilities and attributions. **UNITERMS:** orientation; attribution and competence; social work

---

## **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo instrumentalizar o debate do Serviço Social sobre um novo espaço de trabalho e uma nova competência profissional: a assessoria. É fundamental a discussão acerca das questões que envolvem a qualidade do fazer profissional e do que se coloca como uma demanda prioritária ao assistente social.

Compreender a prática profissional requer do assistente social um exercício de reflexão contínuo e aprimoramento teórico constante sobre as particularidades que envolvem o fazer profissional. Essa prática deve ser compreendida levando-se em conta seus condicionantes internos, que se referem ao desempenho do assistente social, e externos, que dizem respeito ao contexto social onde se dá a prática. Ou seja, entender o exercício profissional como trabalho exige uma mudança de concepção: “o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho” (IAMAMOTO, 1999, p.95).

As múltiplas refrações da questão social sobre as quais o assistente social intervém constituem uma totalidade repleta de contradições, que requer do profissional um conjunto de habilidades e estratégias que estejam voltadas para a garantia dos direitos sociais. Pretendemos contribuir para este debate no sentido da socialização e ampliação da reflexão sobre a atividade de assessoria.

Dentre as estratégias possíveis para enfrentar a fratura entre pensar e agir no Serviço Social indicamos os processos de assessoria/consultoria. Diante da complexidade das situações vivenciadas pela categoria, consideramos a assessoria/consultoria necessárias, possíveis e viáveis, ainda que reconheçamos que não sejam suficientes, nem possamos assegurar as reais consequências de um processo que envolve unidades formadoras e meio profissional, nas suas respectivas complexidades e diferenças, mas antes de tudo na sua unidade. (VASCONCELLOS, 1998, p.123)

## **1. O trabalho do assistente social**

Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios e para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, a capacidade de negociação, o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações no trabalho. Assim surgem também possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções (IAMAMOTO, 2002).

O avanço do debate da categoria a favor de uma ação profissional vinculada ao processo de construção de uma nova ordem societária inclui a pauta da unidade entre teoria e prática. Em qualquer espaço profissional o assistente social que age numa perspectiva mais crítica e segundo o projeto ético-político da categoria reco-

nhece a necessidade de se pensar a prática de acordo com elementos teóricos que darão fundamento e suporte a sua ação.

A busca de uma ruptura teórico/prático com um fazer profissional tradicional, conservador, que contribui prioritariamente na mera e simples reprodução do existente, não se efetivará sem que espaços de formação e de prática enfrentem a questão nevrálgica no Serviço Social – a relação entre teoria/realidade –, o que depende do resgate da unidade entre academia e meio profissional. Não há projeto de formação profissional, nessa direção, que tenha sustentação, sem enfrentar a questão do fazer profissional, assim como não é possível um projeto de profissão sem o enfrentamento da relação teoria/prática. (VASCONCELLOS, 1998, p.122)

O Serviço Social, mesmo tendo sido regulamentado como uma profissão liberal na sociedade brasileira, não outorga ao profissional autonomia suficiente para conduzir seu atendimento aos usuários (indivíduos ou grupos sociais). A necessidade de que o assistente social tem de vender sua força de trabalho por um salário determina sua relação de dependência às exigências do empregador e assim a atividade profissional, muitas vezes, não é direcionada e executada de acordo com sua vontade, com a ressalva de ele possuir mesmo que minimamente, a iniciativa e independência de realizar seus atendimentos. Um elemento central nesta discussão é o fato de que existem diversos processos de trabalhos nos quais o assistente social se insere. Essa diversidade se dá na esfera estatal, em empresas privadas, nas ONG's etc. O assistente social, ao inserir-se num processo de trabalho, não está penetrando em algo exclusivamente seu. Está, na verdade, no âmbito de um processo de trabalho que não foi por ele elaborado, em um processo de trabalho coletivo, mas isso não implica na perda da autonomia ética e técnica que o profissional possui (IAMAMOTO, 1999).

Contudo, essa abordagem, na qual o Serviço Social é visto inserido em processos de trabalhos coletivos, remete-nos ao questionamento de como isso pode acontecer sem que a profissão perca sua

particularidade. Segundo a autora, é a totalidade que nos faz detectar as particularidades do trabalho do Assistente social, ou seja, mesmo estando compartilhando um único processo de trabalho com outros profissionais<sup>2</sup>, o Assistente social se diferencia desses profissionais por ser possuidor de elementos, como matéria-prima, instrumentos de trabalho e força de trabalho, distintos (IAMAMOTO, 1999). Para entender o debate sobre processo de trabalho é preciso considerar uma gama de saberes como:

[...] o entendimento de que a profissão se forja e se singulariza na e pela divisão sócio-técnica do trabalho; o reconhecimento de alguns processos culturais que incidem diretamente sobre as auto-representações da categoria dos assistentes sociais; a demarcação do campo de atuação profissional na esfera da prestação dos chamados serviços sociais, ou seja, nas políticas sociais e na assistência; e a vinculação da dinâmica e expansão da profissão à atuação do Estado na área econômica e social. (ALMEIDA, 1996, p.28)

Portanto é possível pensarmos a formação da categoria dos assistentes sociais enquanto força de trabalho inserida no setor de serviços e este no campo das políticas sociais públicas e privadas. E, do mesmo modo, pensarmos alguns elementos subjetivos que delineiam não só essa força de trabalho como o seu próprio processo de trabalho, além das formas de gerenciamento e organização, como seus objetos, meios e produtos. Os trabalhadores que atuam no setor de serviços, entre eles o Assistente social, são agentes possuidores e propagadores de saberes e práticas diferentes que se interligam. A constituição e expansão do Serviço Social como força de trabalho atuante no setor de serviços e, em particular, no âmbito das políticas sociais e da assistência, como parte de uma estratégia de enfrentamento da questão social em várias de suas expressões, envolvem também certos processos socioculturais como, por exemplo, a con-

---

2 Como, por exemplo, o que ocorre na área da saúde, com médicos, psicólogos, enfermeiros e fisioterapeutas.

dição de gênero que determina uma posição de subalternidade própria da condição da mulher no interior da nossa sociedade, imputando marcas indelévels ao processo de proletarização da profissão. O assistente social, enquanto força de trabalho assalariada e contratada no mercado, utiliza certos meios de produção que, ao longo da história dessa profissão, limitaram sua atuação. Muitas vezes este profissional ao gerar um produto, resultado de seu trabalho, tem pouca visibilidade no interior da própria profissão quanto ao seu alcance e relevância social (ALMEIDA, 1996).

A competência política e teórico-metodológica auxilia o Assistente social a delimitar os alcances da sua prática profissional, que envolvem desde as particularidades do terreno da atuação do Serviço Social e suas implicações políticos-ocupacionais até o domínio dos recursos técnico-instrumentais mobilizados para analisar e intervir sobre algum aspecto da realidade, como para sistematizar e refletir sobre sua própria prática. A instrumentalização da prática profissional não deve estar restrita ao sentido operacional como vem sendo reforçado historicamente, mas deve ser ampliado como no nível da compreensão dos fenômenos com os quais lida e para a orientação de sua intervenção. Ao se defrontar com problemas sociais de maneira fragmentada, o assistente social deve reconhecer as determinações sociais desses problemas e traduzi-las em estratégias de ação. Esta deve ser uma preocupação constante na condução do processo de trabalho do Serviço Social, em relação aos meios pelos quais ele se realiza, ao invés de simplesmente ter uma atuação caracterizada pela rotina e pela burocracia dos estabelecimentos prestadores dos serviços sociais.

O Serviço Social, pela angulação específica que marca sua visibilidade, compreensão e enfrentamento da questão social e de suas expressões nos mais diversos problemas sociais, das políticas sociais, da assistência, como dos processos culturais que atravessam seu fazer profissional, tem condições de não só elaborar como ampliar os seus instrumentos de trabalho. Emprestando-lhe a possibilidade de não só servir à condução mais usual do seu processo de trabalho, mas também de aferir, agrupar e favorecer

a reflexão sobre as próprias condições de realização do seu trabalho, sobre as condições de vida e trabalho da população como, ainda, sobre a questão social, as políticas sociais e a assistência nas suas expressões cotidianas. (ALMEIDA, 1996,p.42 )

A tentativa de superar a alienação no que diz respeito ao seu próprio trabalho, leva o assistente social a reconhecer-se no produto do seu trabalho e a saber definir, dentre as estratégias e objetivos de sua ação o que esperar da sua prática profissional, e que também está presente no cotidiano dos mais diversos trabalhadores, particularizando as devidas diferenças. Isso significa que não estamos tratando apenas de um problema que requeira um maior cuidado teórico-metodológico, mas de uma situação inserida na própria luta política das classes sociais, já que, em última instância, estamos lidando com um processo que caracteriza um dado modo de produção, determinado não por relações técnicas ou de trabalho, mas pelas relações sociais vigentes (ALMEIDA, 1996).

Pensando no atual debate sobre as competências e habilidades profissionais, segundo Iamamoto (2000), hoje, a competência profissional do Assistente social está muitas vezes reduzida ao discurso articulado pelas regras do mundo da burocracia e da organização. Ou seja, vemos a competência como: “[...] uma estratégia de ocultamento e dissimulação do real; a representação imaginária do real a serviço da dominação na sociedade de classes, confundindo-se com a linguagem instituída, institucionalmente permitida e autorizada” (IAMAMOTO, 2000, p.183).

A ideologização da competência não só afeta o Estado, mas atravessa a sociedade civil, perpassando as burocracias empresariais, hospitalares, sindicais e partidárias, entre outras. Legitima-se, assim, a subordinação do profissional, do usuário, dos sujeitos sócio-políticos, em nome da competência posta pelos cargos da hierarquia institucional. O avesso do discurso competente é o discurso capaz de romper com os fundamentos conservadores e tecnocráticos. Esse discurso é competente quando é crítico, ou seja, quando vai ao fundo do problema e busca alternativas que fundamentem suas estratégias

de ação. Essa crítica não é apenas mera denúncia do instituído. É necessário um entendimento profundo de uma diversidade de conhecimentos, e principalmente dos vínculos sociohistóricos, encontrando as perspectivas e as visões de mundo das classes através dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando assim novas lacunas (IAMAMOTO, 2000).

Esse conhecimento se constrói no questionamento permanente com a atual produção intelectual, incorporando-a criticamente e também ultrapassando o conhecimento acumulado. Exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder... É preciso estabelecer os rumos e estratégias da ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim à distância entre o desejável e o possível. (IAMAMOTO, 2000, p.184-185)

Para refletir sobre as reais competências e atribuições do assistente social é necessário observar o atual momento de mudanças no padrão de acumulação e regulação social, no contexto globalizado da produção dos mercados e dos bens culturais, que vêm provocando profundas alterações na produção de bens e serviços, nas formas de organização e gestão do trabalho nos organismos empregadores, com marcantes alterações nas maneiras como os diversos profissionais de serviços se articulam no interior dessas entidades (IAMAMOTO, 2002).

Pensar o projeto profissional supõe articular duas dimensões: as condições da totalidade que estabelecem o terreno sociohistórico

em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, assim como as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. Vive-se um momento particular de inflexão de cenário mundial que afeta a produção, distribuição e consumo de bens e serviços materiais, culturais, públicos e privados, atingindo a vida de todos. O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, e dos avanços técnico-científicos em que se apoia, é apropriado por países e grupos sociais que detêm o monopólio da economia, do poder político e militar. O reverso da acumulação e da centralização de capitais tem sido o alojamento de segmentos sociais majoritários do usufruto dos ganhos da civilização, bem como a ampliação da dependência cada vez maior dos cidadãos à ciranda do mercado, que se impõe aos sujeitos como uma força inexorável, invertendo e subvertendo valores quando a referência é a emancipação humana (IAMAMOTO, 2002).

Mas a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais nesse contexto, articuladas em torno do projeto profissional de caráter ético-político. O projeto eticopolítico profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social brasileiro. Tem suas raízes nas forças sociais progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sociohistóricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto (idem, *ibidem*).

Netto (1996) afirma que, ampliando-se as diferenciações no interior da cultura profissional, haverá a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas e mais legitimadas para as questões que caem no seu âmbito da intervenção institucional; a especialização no mercado de trabalho implicará uma estratificação na categoria (novas escalas de conhecimento, de prestígio, de remuneração etc.) e no campo da formação reclamará um profundo redimensionamen-

to das relações entre as escolas e os demais segmentos da categoria. Sua abordagem aponta que, para atender as exigências do mercado de trabalho, o Serviço Social terá que reavaliar sua estrutura no campo da formação, tendo a opção de reduzir a profissão a um nível puramente técnico-operativo, assegurando uma intervenção micro localizada e afastando da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais; a segunda opção (a mais indicada na visão do autor) mantém o perfil generalista da graduação institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional. Quanto aos já formados, devem comprometer-se com curso de especialização, de reciclagem e de atualização profissional.

No debate sobre as funções privativas do Assistente social, o trabalho em equipes interprofissionais merece um especial destaque. É comum encontrar o assistente social partilhando atividades com outros profissionais, o pedagogo, sociólogo, o psicólogo, o médico, o arquiteto, o advogado, o economista, na coordenação de ações comunitárias, nos programas de saúde mental, nas empresas, em ONG's etc.

[...] O trabalho coletivo não isenta o Assistente social de competências e atribuições profissionais, mais exige maior clareza em relação às mesmas e a afirmação da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto. A atuação em equipe requer que o assistente social mantenha o compromisso ético e o respeito às prescrições da lei de regulamentação da profissão. (ABEPSS, 2002, p.41)

Vale considerar que o processo de descentralização das políticas sociais públicas requer dos assistentes sociais, como de outros profissionais, novas funções e competências. Estão sendo requisitados e devem dispor de competências para atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes interdisciplinares que tensionam a identidade profissional. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional

para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios e para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, a capacidade de negociação, o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações no trabalho. Assim surgem também possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se, ainda, requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções (IAMAMOTO, 2002).

Muitos assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho mostram-se politicamente comprometidos com os usuários dos seus serviços, porém muitos não estão atentos para possibilidades de ação que rompem com uma determinada estrutura de realidade excludente, pois não procuram atualizar-se ou aprofundar-se no debate teórico, perdendo muitas vezes seus tradicionais espaços de trabalho e não se inserindo em novos espaços.

Sabe-se, porém, que muitos profissionais ainda encontram-se alheios a essa perspectiva, e o processo de assessoria pode ser uma das alternativas de rompimento com práticas conservadoras. Vale destacar que o processo de assessoria pode não dar conta da totalidade das ações desse profissional. A assessoria surgirá como estratégia de enfrentamento do distanciamento entre o fazer profissional e a teoria. Assessor e assessorado devem ter clareza da direção que devem tomar no sentido do cumprimento de seus respectivos papéis. O assessor deve fornecer elementos que permitam ao assessorado o entendimento da realidade além da aparência. Incapazes de distinguir a aparência e essência, ficam impossibilitados de captar as tendências de prática presentes nos espaços profissionais, de priorizar

demandas, de eleger atividades e ações essenciais, impedidos assim de caminhar na direção dos seus objetivos (VASCONCELLOS, 1998, p.127).

A demanda por assessoria a profissionais tem sido requerida pelo fato da própria dinâmica da atividade profissional que também apresenta novas necessidades constantemente trazidas pela população ou pela instituição.

Pensar a assessoria como atribuição do assistente social leva-nos a refletir sobre uma área de atuação do profissional que requer preparo técnico, embasamento teórico e comprometimento ético-político. O profissional deve mobilizar-se no sentido de ocupar esse novo campo que se configura nos novos formatos do mundo do trabalho.

Iamamoto (1999) ressalta que o atual momento requisita um profissional propositivo, não apenas executivo, capaz de formular projetos de trabalho, negociá-los com empregadores, defender seu espaço ocupacionais em um mercado cada vez mais competitivo. Enfim, um profissional capaz de formular, gerir, implementar e avaliar políticas e projetos sociais, elaborar estudos e pesquisas, e assessorar movimentos sociais e conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos. Um profissional, enfim, que contribui para a implantação e funcionamento do processo de democratização das políticas sociais.

Compreender a prática profissional requer do assistente social um exercício de reflexão contínuo e aprimoramento teórico constante sobre as particularidades que envolvem o fazer profissional.

Essa prática deve ser compreendida levando-se em conta seus condicionantes internos, aqueles que se referem ao desempenho do assistente social, e externos, que dizem respeito ao contexto social onde se dá a prática. Ou seja, entender o exercício profissional como trabalho exige uma mudança de concepção: “o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho” (IAMAMOTO, 1999, p.95).

## **2. A assessoria e as novas requisições para o trabalho do assistente social**

Considerando o redimensionamento pelo qual passa a profissão no cenário contemporâneo, se abrem novas possibilidades de processos de trabalho identificados com o projeto ético-político que vem norteando o Serviço Social nas últimas décadas, projeto esse comprometido com a defesa dos direitos humanos e sociais, com a construção da cidadania para todos, alicerçada na ampliação da democracia nas esferas da economia, política e da cultura. Nos rumos da consolidação desse projeto, se abrem outras perspectivas de trabalho do Serviço Social que contribuem efetivamente na valorização dos direitos, socializados nas informações, identificando e articulando recursos, elaborando programas e projetos que possibilitam transformar direitos prescritos legalmente em práticas efetivas. Dentre estas perspectivas situamos a atividade de assessoria.

A assessoria/consultoria é um recurso há muito utilizado pelos assistentes sociais junto a diferentes grupos de usuários – associação de moradores, grupos populacionais favelados, posseiros etc. -; na assessoria/consultoria a assistentes sociais ou equipes, estaríamos utilizando esse recurso objetivando uma prática pensada, projetada. Uma equipe que não se produz permanentemente e não projeta a sua pratica não tem condições de levar adiante nenhuma tarefa, nem mesmo as burocráticas. (VASCONCELLOS,1998, p.132)

Um assistente social ao solicitar um processo de assessoria reconhece que algum elemento do processo de trabalho dele está aquém do ideal e busca, portanto, descomplexificar este elemento. A assessoria presta grande contribuição para a categoria profissional já que no momento do assessoramento ocorre um enfrentamento das questões de maior complexidade no universo do assessorado e que, a princípio, serão superadas a partir da atividade de assessoria. Ou seja, aprimora-se o trabalho profissional no sentido teórico e prático

e eleva-se a qualidade do trabalho desenvolvido por aquele determinado profissional e, por conseguinte, toda a categoria.

Assessoria e consultoria estão voltadas para a busca de totalização no processo de prática, no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidades da equipe, socializando conteúdos, instrumentos de indagação e análise e também produzindo estudos e análises que a equipe não está preparada a realizar e nem é seu papel, tendo em vista as respostas concretas e imediatas que precisa dar às demandas que a realidade põe à sua ação (VASCONCELLOS, 1998, p.132).

Recomendamos atenção para que a atividade de assessoria não seja encarada meramente como um momento em que o assessor “dita” as estratégias e o assessorado “executa” as ações. O momento da assessoria deve ser desenvolvido segundo a ação profissional de ambas as partes, revelando a competência profissional distinta de cada um. A crítica, a busca de alternativas, a proposição de estratégias, a avaliação, a formulação de políticas, enfim qualquer atividade inerente ao profissional de Serviço Social é um processo de construção da reflexão a ser elaborado por ambos: assessor e assessorado.

Constatamos, portanto que o assistente social-assessor tem sido chamado a:

- pensar a prática, o que significa entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social com a análise, estratégias e ações, enfrentando-as, no sentido de uma ação profissional pensada, consciente.
- ter as preocupações éticas do fazer profissional através da preservação de espaços de exercício democrático e de viabilização do projeto ético-político-profissional nas mais variadas esferas de sua atuação.
- não estabelecer uma relação vertical entre assessor e assessorado. O processo de assessoria não deve distinguir o assessor como o possuidor do saber superior em detrimento do assessorado. Deve sim abranger dois pólos interagentes, onde

assessorado e assessor contribuem com o universo de seus respectivos conhecimentos para o alcance de um único objetivo. No processo de assessoria o assessor contribui por ser um agente externo e ter um olhar diferenciado e especializado sobre a questão problemática, enquanto o assessorado contribui com o mapeamento das demandas e a facilitação das informações mais íntimas a ele em suas rotinas, necessárias à desconstrução do problema.

Ao assessor cabe a responsabilidade de verificar a amplitude do trabalho e dar um diagnóstico a respeito deste, atestando a real necessidade deste ou não. Muitas vezes o encaminhamento prático que uma determinada equipe espera ou indica não é o encaminhamento que o assessor irá propor para se alcançar determinados objetivos de maneira mais eficaz e eficiente. Este olhar é que singulariza a atividade do assessor.

O processo de trabalho do Assistente social na atividade de assessoria deve ser pensado como possível campo de trabalho, já que esta atividade vem gerando postos de trabalho para a categoria e possibilitando a otimização do enfrentamento das requisições que surgem nos espaços de trabalho. Portanto, é necessário que, cada vez mais, profissionais procurem a competência da atividade de assessoria a fim de não perderem possíveis oportunidades de trabalho até mesmo para outras áreas do conhecimento que podem apropriar-se da singularidade do trabalho do assistente social.

Verifica-se, hoje, a diversificação de demanda do assistente social [...], abrangendo pesquisas, planejamento, assessorias e consultorias, capacitação, treinamentos, gerenciamento de recursos e projetos. Crescem os trabalhos em parcerias interinstitucionais, em equipes multidisciplinares tanto no setor público, como no privado. Agregam-se assessorias a organizações sindicais, a movimentos sociais e a parlamentares. (ABESS, 1997, p.80)

Alguns fatores determinam a necessidade de assessoria:

- em primeiro lugar são fatores de estrutura de organização do trabalho; as equipes não conseguem ter tempo, ou condições, de fugir da rotina de trabalho e a aquisição dessa competência poderia demorar, às vezes, um ano, mediante uma formação um treinamento; portanto, a assessoria cumpriria de uma forma mais rápida, mais urgente;
- em segundo lugar, as dinâmicas institucionais não favorecem um avanço de determinadas questões que precisam de um agente externo que auxilie nesse processo de conseguir um conhecimento, um olhar diferente sobre a realidade;
- em terceiro lugar um aspecto de ordem social que é a exclusão de certos segmentos daquela tecnologia, daquele conhecimento, e então ele só pode acessar através do processo da assessoria.

Nas experiências<sup>3</sup> em que o assessor é um assistente social e o assessorado é uma equipe ou um profissional da mesma categoria, pode-se estabelecer uma relação de troca em que o assessorado propicia todas as informações a respeito de suas rotinas de trabalho de reflexão entre as partes envolvidas enquanto o assessor mapeia as possíveis rotinas a serem implantadas ou abortadas. Neste caso, a assessoria tende a ser um pouco mais exitosa e um pouco mais próxima de atender a expectativa de quem empresta e de quem recebe, porque elas estão dentro de um campo mais específico, mais comum, mais familiar, de interesses e de agentes onde as questões da linguagem, e a questão do tempo, são muito mais equacionáveis do que em outro campo.

Nas experiências em que o assessor é uma empresa privada especializada em assessoria de projetos sociais, as relações podem ser

---

3 Experiências coletadas ao longo da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso da autora - "Balanço da literatura sobre o Serviço Social" UERJ, 2003. Para aprofundar esse debate recomenda-se a leitura: "Análise da literatura sobre a temática da assessoria". In: BRAVO, M.I.; CASTRO, M.C. (org). *Assessoria, consultoria e Serviço Social*. FAPERJ/7LETRAS, 2006. e artigo publicado na Revista Virtual *Àgora*: "Reflexões sobre assessoria como atribuição e competência do assistente social" Disponível em: [www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br)

verticais no sentido de que o profissional que presta serviços é visto como o detentor do conhecimento e da responsabilidade específica para a “solução” ou “direção” de determinados eixos do trabalho, sendo a relação contratual temporária para determinadas situações.

Nestes casos, a assessoria está centrada no trabalho dos profissionais liberais que a prestam em diferentes instituições e significa a possibilidade de assessorar com bases em conhecimentos específicos acumulados por esse profissional.

Nas experiências onde o assessor é uma equipe de graduandos e o assessorado uma determinada equipe da instituição, o assessor traz uma gama de conhecimentos novos e úteis ao desenvolvimento e implementação do trabalho do assessorado. Esse tipo de assessoria está muito ligado à competência adquirida num plano de ensino da formação, do ponto vista do conhecimento, e é viabilizado por meio de programas de projetos extensionistas<sup>4</sup>. O principal problema é a diferença de tempo em função das necessidades específicas de cada segmento, pois o tempo acadêmico é diferente do tempo institucional, tempo de mandatário. O tempo acadêmico é mais lento, enquanto o tempo dos assessorados é um tempo mais acelerado. A atividade de assessoria se apresenta ao profissional, em meio às alterações impostas ao mundo do trabalho, como um recurso estratégico de intervenção. Na academia, neste contexto, atua através de uma sólida base teórico-metodológica e uma experiência prática diversificada e consistente.

Nas experiências em que o assessor é um assistente social ou uma equipe de Serviço Social e o assessorado é entidade da categoria profissional, o assessor auxilia o assessorado numa relação horizontal na construção e viabilização de alternativas de avanços dos projetos societários daquela respectiva categoria. Nos espaços onde a assessoria deu-se na esfera educacional, o assistente social

---

4 A assessoria como forma de articulação teoria/prática no âmbito da universidade dá-se através das atividades de pesquisa, ensino e extensão. O aluno desenvolve e apreende conteúdos teóricos que irão habilitá-lo a prestar assessoria sobre determinados conteúdos que irão ampliar o leque de sua formação profissional.

contribui como profissional que possui o olhar sobre as questões sociais que emergem nas relações interdisciplinares, no trato dos temas transversais e nas relações professor-aluno.

### **3. A Assessoria e seus diferentes agentes**

Problematizando a qualidade dos agentes envolvidos em um processo de assessoria observamos que profissionais ligados ou não à academia podem estar inseridos na qualidade de assessor. Não podemos afirmar que o fato de o profissional não estar ligado à academia desqualifica a atividade de assessoria. A academia garante acesso aos novos debates e às novas produções teóricas, o que é visto pelos profissionais da categoria com certo “status”, porém, não podemos desconsiderar que há um gama de profissionais comprometidos e cumpridores do projeto ético político profissional e plenamente capazes e qualificados para prestar assessorias conforme várias experiências publicadas.<sup>5</sup>

Na medida em que assistentes sociais e/ou equipes não estão encontrando eco nas escolas, esta demanda está sendo absorvida por assistentes sociais e/ou professores, sem uma vinculação com a academia, o que pode vir a acarretar perdas para os dois lados, relacionadas principalmente, à qualidade dos processos. (VASCONCELLOS, 1998, p.123)

Consideramos o espaço da escola como um espaço de construção da atividade de assessoria principalmente no âmbito da interdisciplinaridade. As relações institucionais advindas desse processo podem ser bem complexas ou, em contrapartida, atingir um grau de legitimidade que garanta os objetivos propostos pela mesma. As demandas para a assessoria em Serviço Social no âmbito educacional se referem à capacitação e a ações de sistematizações dos profissionais.

---

5 Nogueira (1988), Lopes (1998), Padilha (1998), Angioni(1998), Borges(1998), Dourado(1998), Stoelhen (2001), Cavalcante e Leite(1998), Bravo(2000), Silva(2001), Vasconcellos(1998), Carvalho(1984), Silva (1997) e Barbosa(1998).

Consideramos o espaço da assessoria aos movimentos sociais importante principalmente no processo de sua estruturação interna, de suas estratégias e de seus resultados. Os movimentos sociais e, em particular, os movimentos populares enfrentam dificuldades de mobilização face aos desafios das mudanças econômicas e políticas que culminam principalmente no desemprego, mas não têm deixado de reagir e de se rearticular. A atuação do Assistente social neste momento deve estar voltada para uma ação esclarecedora à população quanto aos direitos e serviços propiciados pelas mais variadas instituições e os mecanismos de acesso a estas.

Se as políticas sociais e os programas delas derivados são respostas a um processo de lutas acumuladas historicamente pelas classes trabalhadoras, na busca de conquista de seus direitos de cidadania, tais programas – ao serem institucionalizados e administrado pelo estado – são burocratizados, esvaziados de seus componentes políticos, de modo a diluir o conteúdo de classes das lutas reivindicatórias, que são assim “recuperadas” e “apropriadas” pelo bloco no poder. Os programas sociais e a participação social neles preconizados transformam-se, desse modo, em meio de controle das lutas sociais e das sequelas derivadas do crescimento da miséria relativa da população trabalhadora. (IAMAMOTO, 2001, p.106)

Consideramos universidade como espaço que possui a propriedade da reflexão e discussão possibilitando o aprofundamento da teoria-prática. O acesso aos debates contemporâneos da categoria oportuniza a implementação das atividades de assessoria, enquanto a articulação dos conteúdos teórico-empíricos proporciona nas atividades de pesquisa, ensino, extensão um momento de construção singular da prática da assessoria. O espaço da capacitação continuada propicia o desenvolvimento do aluno para gerir o conhecimento que, aliado à dimensão investigativa da proposta, produz resultados dantes idealizados. Essa perspectiva de treinamento e qualificação discente elevada está de acordo com a legislação manifesta nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social.

Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, é a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (CRESS, 2001, p.333).

A nova lógica curricular propõe uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional. Os princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional implicam em capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Esta é a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas (ABESS/CE-DEPSS, 2001, p.100).

Através do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional é contemplado o estudo das competências específicas normalizadas por lei que capacita o Assistente social para o exercício da função (CRESS, 2001). Dentre estas é claro que é contemplado o conteúdo da assessoria.

Nos espaços dos conselhos os trabalhos de assessoria podem se revestir de um caráter muito mais político e técnico devido ao lugar de representatividade que esses organismos têm na esfera política. Portanto ao garantir um posicionamento ético, o profissional democratiza a relação entre os atores envolvidos e aprofunda o exercício da cidadania. Através do domínio de informações para a instrumentalização necessária que requerem habilidades técnico-operacionais, o Assistente social estabelece um constante diálogo entre os diferentes segmentos sociais envolvidos nessa relação e possibilita alianças que tracem novos caminhos.

A atividade de assessoria em empresas requer uma leitura crítica da lógica capitalista e dos parâmetros institucionais a serem enfrentados estrategicamente pelo Assistente social a fim de que não reproduza meramente a condição excludente e antagônica do mer-

cado. Sabemos que os serviços sociais criam condições favoráveis à reprodução da força de trabalho e a profissão situa-se no processo de reprodução das relações sociais, portanto, consideramos o espaço empresarial como um dos espaços institucionais mais complexos de intervenção profissional devido à manifestação patente da exploração e manutenção da força de trabalho. Para tal o profissional que dispõe do poder atribuído institucionalmente deve apropriar-se de um rigoroso trato teórico-metodológico que propicie análise e compreensão dos problemas e desafios com os quais se defronta. “A participação nos programas derivados das políticas sociais aparece assim como meio de antecipar e controlar possíveis insatisfações e/ou focos de conflito e tensão, que desarticulem ou obstaculizem as iniciativas do bloco no poder” (IAMAMOTO, 1999, p.106).

#### **4. A assessoria e a relação universidade/categoria profissional**

Considerando a universidade como organismo tanto de formação dos indivíduos e grupos sociais quanto de produção de conhecimento e de valores que auxiliam no processo de construção de visão de mundo, gostaríamos de situar a atividade de assessoria em Serviço Social gerada nessa esfera. As escolas de Serviço Social estão voltadas para um projeto profissional que seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e do contexto conjuntural do momento histórico.

Estas considerações remetem à formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre o campo que circunscreve sua prática, de reconhecer o seu espaço ocupacional no contexto mais amplo da realidade socioeconômica e política do país teórica e metodologicamente (e, portanto, tecnicamente) para compreender as implicações de sua prática, reconstituí-la, efetivá-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes. (IAMAMOTO, 2000, p.163)

A assessoria como forma de articulação teoria/prática no âmbito da universidade dá-se por meio das atividades de pesquisa, ensino

e extensão. O aluno desenvolve e apreende conteúdos teóricos que o habilitam-lo a prestar assessoria sobre determinados conteúdos que irão ampliar o leque de sua formação profissional.

A qualificação discente para a prática implica uma estreita articulação entre as atividades de pesquisa da realidade que é objeto de intervenção, o ensino teórico – adensando referências para a análise das condições e da dinâmica da ação profissional – e o treinamento para o fazer profissional. (IAMAMOTO, 1999, p.202)

Com os avanços tecnológicos e científicos torna-se necessária uma série de novas atribuições e competências do Assistente social que irão instrumentalizá-lo a tratar das demandas a ele apresentadas. Compreendemos que as implicações advindas desse processo contribuem para a reflexão do profissional sobre a importância de se ter uma intervenção mais qualitativa e um direcionamento teórico-metodológico e ético-político mais efetivo.

O Serviço Social vem acumulando acervo de conhecimento teórico-políticos e de técnicas de intervenção que é caudatário do conhecimento social gerado pela e sobre a sociedade e se concretiza na intervenção do Serviço Social enquanto campo de habilidades e de saberes que expressam um determinado reconhecimento social do trabalho profissional. (CARDOSO, 1997, p.32)

As atividades da academia no âmbito do Serviço Social voltam-se à formação crítica do profissional para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que rompa com a estrutura hegemônica instituída. A academia propicia aos alunos o acesso a níveis de conhecimentos mais complexos, que exigem um grau maior de elaboração e que, através da atividade experimental de assessoria, podem ser produzidos e socializados visando à qualificação de todas as esferas do trabalho profissional. É importante que o significado social dessa produção de conhecimentos fique refletido principalmente na qualidade dos serviços oferecidos à população usuária, conside-

rando as variadas transformações e determinações da realidade sob as condições de alienação, desigualdade e exclusão que perpassam e reproduzem a vida social desta população. O distanciamento da academia desde a formação gera no profissional, muitas vezes, a ausência de sistematização da prática, de pesquisa, atividades investigativas, participação em seminários, encontros, palestras, etc. A constante preocupação pela qualificação e por novas estratégias de ação diferencia o profissional comprometido do descomprometido, o democrático do autoritário, o que oprime com rótulos do que fortalece a condição de cidadão.

Requisita-se um profissional crítico, com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, dotado de habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidades de negociação, resolução e argumentação, habilitado para o trabalho interdisciplinar e para atuar no campo da consultoria. Tais elementos indicam uma tendência de superação da formação profissional na perspectiva restrita das especializações, salientando-se a preferência por um profissional competente em sua área de desempenho, generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações, em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho (CARDOSO, 1997, p.29).

A atividade de assessoria se expressa ao profissional, em meio às alterações impostas ao mundo do trabalho, como um recurso estratégico de intervenção profissional. Na academia, neste contexto, atua através de uma sólida base teórico-metodológica e uma experiência prática diversificada e consistente.

### **Considerações finais**

Concluimos, que cada vez que nossa população usuária cresce, torna-se complexa e se organiza através de serviços, ela vai emitindo respostas institucionais ao atendimento dessas mesmas necessidades. À medida que as necessidades sociais se modificam, transformam-se os modos de atendê-las, e é aí que se abre um leque de

possibilidades de análise e intervenção profissional para o Assistente social. Dentre estas possibilidades estão os processos de assessoria em Serviço Social.

Dentre os processos de assessoria não nos arriscamos a falar de vantagens e desvantagens em relação às diferentes modalidades. É necessário considerar quem são os agentes envolvidos no processo de contratação, na solicitação de assessoria, qual é o tipo de informação de necessidade que se está requerendo e examinar com cuidado as possibilidades diante das particularidades que cada grupo de assessoria tem e possui para estabelecer essa relação sendo, que algumas relações têm natureza mais política, outras tem natureza mais econômica, outras mais cultural. O assessor, antes de tudo, é um facilitador de acesso à tecnologia, a conhecimentos e informações, ou seja, há sempre um grupo que por si só não é capaz de enxergar um determinado resultado de conhecimento operacional e precisa de um aporte, de um apoio, para desenvolver suas rotinas. A assessoria não transfere a tecnologia, ela apenas acessa, ensina como acessar, mas pode estabelecer-se uma relação de dependência em função de interesses econômicos ou políticos.

Vale ressaltar que, no momento da condução da assessoria, observamos não ser ético que o assessor, na tentativa de implementar a qualidade do processo de trabalho do assessorado, imponha a sua linha de atuação teórico-metodológica. Pois é perfeitamente possível assessorar respeitando as concepções de atuação do assessorado.

Profissionais ligados ou não à academia podem estar inseridos na qualidade de assessor. Não podemos afirmar que o fato de o profissional não estar ligado à academia desqualifica a atividade de assessoria. A academia garante acesso aos novos debates e às novas produções teóricas, o que é visto pelos profissionais da categoria como certo “status”, porém, não podemos desconsiderar que há um gama de profissionais comprometidos e cumpridores do projeto ético político e profissional plenamente capazes e qualificados para prestar em assessorias.

A diferença entre o tratamento da assessoria na literatura mais antiga em relação a mais recente se refere à mudança no tratamento

da atividade de assessoria que, por meio da análise da literatura, observamos ultrapassar a esfera das demandas individuais para uma requisição mais coletiva, que envolve, sobretudo a universidade. Pudemos observar um grande quantitativo de experiências relatadas como parte do processo de capacitação de alunos inseridos em projetos de extensão, confirmando o conjunto de transformações que vem colocando-se no dia a dia do assistente social, delegando-lhe novas competências e atribuições.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. *CADERNOS ABESS*. 2001, p.58-112.

ANGIONI, M. Conselho de assistência social e exercício democrático: Breve retrato de uma gestão. In: *Caderno de Resumos. 9º CBAS*, Goiânia, 1998, p. 226.

BARBOSA, C. F.; MELO, L. G. de. A assessoria e o serviço social: as possibilidades e os limites de uma atividade considerada liberal. In: *Caderno de Resumos. 9º CBAS*, Goiânia, p. 135-137.1998.

BRAVO, M. I. S. *Capacitação continuada*: assessoria a Unidades de Saúde do Município do Rio de Janeiro. Projeto de Extensão. Rio de Janeiro, 2000, p.1-11.

CARVALHO, M. C. P. B. R. de. *A supervisão em uma instituição pública, crítica à visão mecanicista*. Rio de Janeiro, UERJ, 1984, p.77.

CAVALCANTE, R. C. N. dos R.; LEITE, R. M. dos S. C. Assessoria: instrumento ou estratégia. In: *Caderno de Resumos. 9º CBAS*, Goiania, p. 84-88, 1998.

DOURADO, E. O. Serviço Social e Gestão do trabalho: uma experiência de assessoria e consultoria. In: *Cadernos de Resumos. 9º CBAS*, Goiânia, p. 82-84, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1995. p. 383

\_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. *Em questão*. Brasília: Brasília, p. 18-41, 2002.

LOPES, D.B.L; PINHEIRO, J.R.T, KIPPER, M.R., DESCHAMPS, R., NOGUEIRA, T.C.T. Assessoria técnica: um novo campo para atuação dos profissionais de serviço social. In: *Caderno de Resumos. 10º CBAS*, 2001, p.89, Rio de Janeiro.

NETO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, V. M. R. Assistência técnica e supervisão de programas em Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 27, p. 84-99, 1988.

PADILHA, M. D., DUARTE, S. M, PEREIRA, Z. M, SILVA, M. M. A da, CARVALHO, M. Demandas atuais à profissão de serviço social. In: *Caderno de Resumos. 9º CBAS*, Goiânia, 1998, p. 315.

SILVA, A. A. da. A profissão do assistente social no limiar do novo século. *O social em questão*. vol. 2, nº. 2, Rio de Janeiro: PUC. s/d.

SILVA, L. C. da. *Relatório final de estágio*. Assessoria no Projeto Ecuss: uma análise da condução técnico-instrumental da experiência. Cap. 3. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.9-18. (Cap. 3) .

STOELHEN, I. C. V. O Serviço Social na Educação. In: *Caderno de Resumos. 10º CBAS*, Rio de Janeiro, UERJ, p. 176, 2001.

VASCONCELLOS, A. M. de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 114-133, 1998.